

Sinuoso fast track

Eventual aprovação da permissão não removeria obstáculos à integração hemisférica

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

No próximo dia 8, o Congresso dos EUA começará a votação, ainda no âmbito de comissão da Casa de Representantes, da autorização, solicitada pelo Executivo, para obter o *fast track*. Os argumentos genéricos favoráveis à aprovação do *fast track* são convincentes. A manutenção da credibilidade da política comercial norte-americana nas esferas multilateral e regional depende da obtenção desse mandato, que permite que as negociações do Executivo com os parceiros comerciais dos EUA sejam apenas examinadas em bloco, sendo apenas permitida sua aprovação ou rejeição sem a possibilidade de votação de destaques.

A aprovação do *fast track* possibilitará a continuidade de negociações nas quais está engajado, ou poderá envolver-se, o governo norte-americano na Organização Mundial do Comércio, no âmbito de iniciativas regionais, como a Apec e a Alca, ou relativas a acordos bilaterais, por exemplo, com o Chile.

A importância do *fast track* no programa do presidente Clinton é coerente com o empobrecimento da política externa dos EUA após o colapso da União Soviética. *Foreign Affairs* de setembro de 1997, Samuel Huntington, em artigo intitulado *A erosão dos interesses nacionais americanos*, sublinhou “a perda do outro” como principal elemento explicativo da fragilidade da política externa dos EUA. Privado de um inimigo puritano, como a União Soviética, que servia de foco para a definição dos interesses nacionais, a política externa está agora direcionada à defesa de interesses econômicos ou calcada na promoção de interesses étnicos. As instituições e a capacidade de resposta desenvolvidas na guerra fria para servir os interesses nacionais estariam sendo redirecionadas e subordinadas a estreitos interesses subnacionais, transnacionais e mesmo não nacionais.

A maioria dos analistas nos EUA tende a concordar que Clinton terá seu pedido aprovado, embora o cronograma compatível com a aprovação este ano esteja bastante atrasado e ainda não haja sinais de acomodação das divergências entre republicanos e democratas.

A discussão do *fast track* vem sendo dominada pela ressaca relacionada à criação da *North American Free Trade Area* (Nafta) em 1993. O Executivo norte-americano, ao propor a sua aprovação, certamente exagerou na avaliação das consequências favoráveis. Os estudos disponíveis mostram modestíssima criação líquida de empregos e resultado de impacto setorial bastante assimétrico: criação de emprego em alguns setores e redução em outros. Não é surpreendente, portanto, que seja grande a hostilidade dos sindicatos em relação a novos acordos comerciais desse estilo.

Disso resulta ainda o fraco apoio democrata. Clinton viu-se forçado a encorajar os eleitores democratas a não deixar de votar nos deputados que apoiarem o *fast track*. O presidente depende, portanto, de maciço apoio republicano no Congresso. Mas os congressistas republicanos desejam ver ampliado o apoio democrata a Clinton, pois temem sofrer eleitoralmente se forem excessivamente identificados com a aprovação da autorização.

O texto enviado pelo Executivo ao Congresso fica a meio caminho em relação à inclusão dos controversos temas relacionados a normas de trabalho e meio ambiente, deixando aberta a possibilidade de menção expressa. Isto teria descontentado quase todos, pois os democratas tendem a desejar a explicitação de padrões exigentes em relação aos dois temas, enquanto os republicanos não aceitam nenhuma relação entre negociações comerciais, trabalho e meio ambiente.

Há indicações de que até mesmo assessores do presidente estariam conscientes das dificuldades de vender politicamente a importância da aprovação do *fast track* com base na sua urgência. À medida que as negociações na OMC e na Apec não são iminentes, pareceria que boa parte da importância atribuída ao *fast track*, pelo menos na sua primeira etapa, até o ano 2000, estaria relacionada aos objetivos hemisféricos, seja o acordo preferencial com o Chile (embora emblemático, com pouca substância em termos de fluxos de comércio), seja a Alca.

O *timing* da apreciação do *fast track* pelo Congresso indica essa prioridade, pois, quatro dias após o voto na primeira comissão, Clinton iniciará visita ao Brasil, à Argentina e à Venezuela, retomando planos providencialmente adiados pela sua contusão no joelho em abril, num quadro de discordâncias entre Brasil e EUA que seria explicitado na reunião ministerial da Alca em Belo Horizonte. Essa viagem ao Brasil, especialmente se houver um primeiro voto favorável ao *fast track*, como é provável, deve marcar uma retomada da ofensiva norte-americana para acelerar as negociações comerciais hemisféricas em relação ao acordado de Miami em 1994, e para obter uma colheita precoce de resultados.

A tentativa de exploração de diferenças entre Argentina e Brasil é inevitável. Também parece inevitável, segundo observadores norte-americanos, que as relações entre as duas maiores economias do hemisfério tendam a ser toldadas por desconfianças e fricções. A propensão a falar mal do Brasil em Washington é similar à tendência de criticar os EUA em Brasília.

As razões para que o Brasil prefira um cronograma relativamente folgado para a integração hemisférica e considere seus compromissos no quadro do Mercosul como prioritário são, é claro, independentes da posição que possa adotar o governo dos EUA. Nada do que faça o governo norte-americano pode mudar o fato de que o comércio do Mercosul com os EUA não excede em muito 20% das exportações ou importações totais, ou minorar as dificuldades de ajustamento da economia brasileira à redução de 80% da proteção desde o início da década. Mas o que, sim, pode ser antecipado por um período de difíceis negociações com a potência hegemônica em busca de foco para sua política externa e com dificuldades de perceber os esforços de ajuste dos seus parceiros.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.